



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Boa Governação-Transparência-Integridade

Questões à volta da Mineração em Moçambique

*Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em
Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*



Com comentários do Prof. Doutor João Mosca



Questões à volta da Mineração em Moçambique

*Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em
Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*

Por: Tomás Selemane

Com comentários do Prof. Doutor João Mosca

CIP, 2010



FICHA TÉCNICA

Título: *Questões à volta da Mineração em Moçambique - Relatório de Monitoria das Atividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*

Autor: Tomás Selamane

Edição: Centro de Integridade Pública (CIP)

Revisão Linguística: Machado Da Graça

Capa: Tomás Selamane (um menino garimpeiro moendo areia para dela extrair ouro)

Fotos: Tomás Selamane

Maquetização: NP

Impressão: SGL, Lda

Tiragem: 5.000 exemplares

Número de registo: 6676/RLINLD/2010

Maputo, Setembro de 2010

Parceiros:



ÍNDICE

Lista de Abreviaturas e Acrónimos	5
Capítulo I	7
Elementos Introdutórios	7
1.1 Introdução	7
1.2 Objectivo do Relatório	8
1.3 Metodologia e Limitações	8
Capítulo II	9
Explorações Industriais de Recursos Minerais	9
2.1 Mega-Projecto de Areias Pesadas de Moma (Kenmare)	9
2.2 Mega-Projecto de Carvão Mineral de Moatize (Vale)	18
2.3 Mega-Projecto de Carvão Mineral de Benga (Riversdale)	27
Capítulo III	29
Explorações Artesanais de Recursos Minerais	29
3.1 Historial, quadro legal e institucional da mineração artesanal	30
3.2 Impactos sócio-económicos da mineração artesanal	31
3.3 Impactos ambientais: o uso do mercúrio e os prejuízos que provoca	33
Capítulo IV	36
Conclusões e Recomendações	36
Comentários do Prof. Doutor João Mosca	39
Referências	47
Artigos de Jornais e outras fontes	48
Lista de Pessoas Entrevistadas	49

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

- AAAJC** – Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades
- ADECOR** – Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais
- AGP** – Acordo Geral de Paz
- ASA** – Associação para Sanidade Ambiental
- CIP** – Centro de Integridade Pública
- CDS-RN** – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Recursos Naturais
- CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce (actual Vale)
- DUAT** - Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
- FFM** – Fundo de Fomento Mineiro
- FMO** – *Netherlands Development Finance Company*
- HCB** – Hidroeléctrica de Cahora Bassa
- IESE** – Instituto de Estudos Sociais e Económicos
- IFC** – *International Finance Corporation*
- JA** – Justiça Ambiental
- KMAD** – Kenmare Moma Associação de Desenvolvimento
- MICOA** – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
- MW** – *Mega-watts*
- SINTICIM** - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil, Madeira e Minas de Moçambique
- UPC** – União Provincial dos Camponeses
- USD** – Dólares norte-americanos

Capítulo I

Elementos Introdutórios

1.1 Introdução

A mineração em Moçambique é praticada a dois níveis: industrial (mega-projectos) e artesanal (garimpo). O primeiro nível tem estado a dominar a atenção de investidores estrangeiros, do Governo, da comunicação social e da comunidade doadora pelo facto de Moçambique se estar a tornar um novo rico nesse campo.

E, por via disso, a pouca discussão que tem havido sobre a mineração no país concentra-se nas questões relacionadas com o quadro legal e fiscal, a transparência, as exportações, etc., deixando-se à deriva outras questões não menos importantes como as transformações sócio-económicas, ambientais e geológicas que a actividade mineira cria, independentemente da escala em que é praticada.

Neste contexto, no Centro de Integridade Pública (CIP), sem abandonar as outras questões em discussão, decidimos dedicar atenção especial à monitoria da actividade mineira naquelas componentes que, sendo relevantes, têm sido pouco discutidas. É daí que surge este primeiro relatório de monitoria, abrangendo as áreas geográficas de Moma, Moatize, Manica e Sussundenga.

Este relatório é composto por quatro capítulos: o primeiro contendo os elementos introdutórios, o segundo dedicado à mineração em escala industrial (Moma e Moatize), com enfoque particular sobre os processos de reassentamento das pessoas afectadas por cada um dos projectos. O terceiro trata da mineração artesanal (Manica e Sussundenga) e problemas conexos, como o uso do mercúrio e a precariedade da actividade do garimpo no geral. O quarto e último capítulo contém conclusões e recomendações, estas últimas a dois níveis: primeiro sobre a mineração industrial, e segundo, sobre a artesanal.

1.2 Objectivo do Relatório

Este relatório foi produzido com a finalidade de mapear e analisar os contornos das explorações mineiras industriais e artesanais em Moçambique, levantando questões à volta dessas actividades, como contributo para o debate em torno do papel da actividade mineira no desenvolvimento nacional.

1.3 Metodologia e Limitações

Para a produção deste relatório, foi consultada literatura relacionada com a mineração em Moçambique. Foram igualmente feitas entrevistas semi-estruturadas a diferentes pessoas interessadas e afectadas nas e pelas actividades de mineração, de cada caso monitorado (Moma, Moatize, Manica e Sussundenga), cruzando-se dados oficiais do Governo e das empresas com a realidade de cada local específico.

Este relatório apresenta uma dupla limitação: a primeira é relativa à impossibilidade que muitos entrevistados (sobretudo dos governos provinciais e distritais) mostraram em falar sem pedir anonimato, e a segunda prende-se com o facto de algumas empresas se recusarem a comentar factos ou práticas a si imputadas, quer pelas autoridades governamentais, quer por populares.

Capítulo II

Explorações Industriais de Recursos Minerais

2.1 Mega-Projecto de Areias Pesadas de Moma (Kenmare)

O mega-projecto de areias pesadas de Moma fica a sul da Província de Nampula e é desenvolvido pela multinacional irlandesa Kenmare (em Moçambique, *Kenmare Moma Mining*), desde Outubro de 2007, apesar da exploração ter começado, na prática, em Abril daquele ano. Documentos oficiais da empresa e do Governo indicam a data de 19 de Outubro de 2007 por ser a data da inauguração oficial da refinaria, numa cerimónia dirigida pelo Presidente da República, Armando Guebuza.

Das areias pesadas de Moma são extraídos três minérios, nomeadamente, rutilo, zircão e ilmenite¹. As instalações da Kenmare têm capacidade para produzir, anualmente, 800.000 toneladas de ilmenite, 56.000 toneladas de zircão e 21.000 toneladas de rutilo (Selemane, 2009). A primeira exportação da Kenmare foi realizada a 14 de Dezembro de 2007.



Refinaria de areias pesadas de Moma

¹ A ilmenite é um minério de ferro e titânio e é utilizada na produção de pigmentos que são usados nas indústrias plásticas e de tintas. O zircão é utilizado na indústria cerâmica. O rutilo é uma forma muito pura de dióxido de titânio essencial para a produção do metal titânio, que é utilizado num sem número de indústrias de alta tecnologia, como por exemplo no fabrico de aviões, in Selemane, Tomás, *Alguns Desafios da Indústria Extractiva em Moçambique*, p. 15, CIP, Maputo, 2009.

2.1.1 Processo de reassentamento de Topuito: absentismo do Governo e fraco diálogo entre a empresa e a comunidade

Para construir a sua fábrica de processamento de areias pesadas na localidade de Topuito, em Moma, a Kenmare precisou de transferir os habitantes daquela localidade para uma outra. Topuito era habitada, desde há muitos anos, por várias centenas de pessoas. Essa transferência envolveu não só pessoas e bens como também o cemitério que existia em Topuito.

Fontes da Kenmare garantem que o processo de reassentamento foi complexo. As negociações foram lentas porque “muita gente procurou aproveitar-se da situação para passar a ter melhores casas no bairro de reassentamento².” Os moradores de Topuito também acham que o processo foi muito difícil seja porque a empresa dizia que tinha muita pressa, seja porque a empresa estava impaciente para dialogar. Eles queriam apenas saber “quanto custa esta casa? Nós pagamos e você muda-se daqui”.

Em parte, custou-nos muito a negociar com a empresa por que não vinha cá ninguém do Governo. Mesmo agora (Setembro, 2010) O diálogo é quase nulo. O reassentamento foi feito com muita pressa. Quando estávamos a mudar prometeram dar-nos dinheiro, mas nunca mais. Água que nos tinha sido prometida, até hoje nada! A empresa não nos consulta em nada, apenas vem ter connosco depois das decisões tomadas lá em Maputo, para nos dar o relatório. Gostaríamos de ser representados nos encontros entre o Governo e a empresa. Olha que se nós não aceitássemos sair das nossas terras, a empresa não se estabeleceria.

Actualmente, a ADECOR é que serve de elo de ligação entre a empresa e nós aqui em Moma.³

Uma fonte da Kenmare acha que o fraco entendimento que houve entre a sua empresa e as pessoas visadas pelo reassentamento deveu-se à ausência do Administrador distrital de Moma, que, para além de nunca ter tido tempo de ir discutir com as pessoas, se limita a enviar listas de vários pedidos pessoais àquela empresa.

Mas Anselmo Luís, Secretário Permanente distrital de Moma, falando em representação do Administrador distrital, atira todas as culpas à Kenmare, dizendo que:

² Palavras de um dos funcionários da Kenmare que esteve ligado ao processo de reassentamento em Topuito, Moma

³ Testemunho de um dos chefes comunitários de Topuito, Moma

“o problema está com a própria empresa, que pensa que pode fazer deslocar o Administrador daqui da sede para Topuito de qualquer maneira; devem ser eles a vir para aqui, é aqui que fica a sede distrital e não lá, e o Administrador é o representante do Chefe do Estado aqui, portanto merece respeito. Ele pode ir lá à fábrica quando estiver em visita de trabalho, de acordo com a sua agenda.” Luís acha que a Kenmare tem faltado ao respeito ao governo distrital pois, muitas vezes, é convidada para as reuniões do governo distrital com agentes económicos do distrito, mas não aparece nem justifica porquê.

E nós pensamos que eles fazem isso pelo facto de, habitualmente, tratarem os seus assuntos directamente com o governo central. Conclui Anselmo Luís.

Caixa 1: Transferência do cemitério de Topuito: um tabu para a população

Para a transferência dos restos mortais do cemitério de Topuito para o novo cemitério (Mutiticoma), a Kenmare contratou uma empresa sul-africana vocacionada a esse tipo de trabalhos. O mesmo consistiu, primeiro, na abertura de todas as novas campas no novo cemitério, antes da exumação dos corpos. Essa prática, de abrir várias campas ao mesmo tempo e com muitos dias de antecedência, causou bastante estranheza no seio da população local, que, segundo o régulo Mathapa, *“nunca na vida tinha visto mortos já enterrados serem transferidos para outras campas nem uma cova [túmulo] ser aberta antes de se saber quando será feito o enterro.”*

O processo de exumação implicava despedaçar os ossos em unidades de cerca de 40 centímetros cada, para que coubessem nos pequenos caixotes que eram usados para o seu empacotamento. Sobre este procedimento, o régulo Mathapa comentou dizendo: *“aquilo foi o mesmo que ferir pessoas já mortas há muito tempo; os familiares até choravam; como se podem partir ossos dum morto, inocente?”* e acrescentou: *“a empresa disse que o cemitério tinha apenas 372 campas. Isso era mentira. Nós desconfiamos que alguns mortos foram roubados, não sabemos para onde nem para que finalidades. Porque nós nascemos e encontramos aquele cemitério ali. Então como pode ser possível que desde sempre ali haja apenas 372 mortos?”*

Por outro lado, houve muitos oportunistas. Muita gente apareceu a mentir, dizendo que uma ou outra campa era de um familiar seu, enquanto era tudo mentira. Só queriam ganhar dinheiro. Porque recebiam-se 5.775.00 meticais por cada campa, para a cerimónia de transladação.

Os coveiros que exumavam as campas recebiam 150.00 meticais por dia. Enquanto que os que abriam as campas no novo cemitério recebiam 250.00 meticais por dia.

A grande preocupação dos reassentados agora reside no facto de a Kenmare ter transferido apenas uma parte do cemitério de Namalope para Mutiticoma. *“Assim, estamos impedidos de venerar alguns dos nossos defuntos.”*, lamentam.

2.1.2 Três anos depois do reassentamento em Topuito, os problemas mantêm-se

De 2007 a 2010 passam três anos desde que a Kenmare reassentou a população de Topuito. Depois do reassentamento, o novo bairro continua com vários problemas (os mesmos que tinha à data da sua criação): falta de água, inexistência de um hospital, de mercado e de escola por perto. A água tem sido fornecida pela empresa com recurso a um camião-cisterna, na esperança de que se concretize a promessa de se montar um sistema de abastecimento de água que abranja todo o bairro de Mutiticoma.

O problema da terra (machambas) também continua na ordem do dia. Regina Macuácuá, coordenadora da KMAD, explica: *“a questão das machambas foi, até agora, a mais polémica com que já lidámos. E achamos que tem que ser o Governo a solucionar esse problema, porque, afinal, a terra é do Estado neste país. Nós (KMAD) não podemos comprar machambas às pessoas de Nathaka para as oferecer às pessoas de Mutiticoma. Deve ser o Estado a encontrar soluções.”*

No entanto, Anselmo Luís, Secretário Permanente distrital de Moma, considera que essa questão das machambas é da inteira responsabilidade da empresa

Kenmare, porque faz parte do pacote de compensações, para além da construção de casas.

Três anos depois do reassentamento, o camião-cisterna continua a levar água aos habitantes. *“Por vezes vem às 9hs da manhã, outras vezes vem à tarde, e vezes há que não vem. E nós ficamos assim, porque aqui não há fontes de água pert.”*, comenta uma mulher idosa carregando um bidão à cabeça. A água levada pelo camião-cisterna é descarregada num tanque plástico, de onde é tirada através de uma torneira, e só depois de se suportar uma enorme fila de gente, que marca os seus lugares muito antes do camião chegar, colocando pedras, tijolos e deixando lá crianças a controlar.



Camião de distribuição de água da Kenmare (Mutiticoma)

De acordo com o régulo de Mutiticoma, *“em 2009, após a abertura dos furos de água, a Kenmare mandou colher amostras, que foram levadas para Maputo para serem analisadas. Dizia-se que era para se ver se a água podia servir para beber ou não. Dez meses depois, o senhor Gareth veio nos*

Questões à volta da Mineração em Moçambique

dizer que aquelas garrafas de água se tinham partido no avião, durante a viagem para Maputo, por isso não tinha sido possível fazer os exames. Mas mesmo assim nós bebemos aquela água, porque não temos outra.”

No novo bairro foram construídas 145 casas. Antes de completarem um ano, a maior parte delas estava com rachas nas paredes e tinha infiltrações de água. Isso foi reportado à Kenmare que prometeu resolver todos os problemas. Três anos depois, nenhuma reparação foi feita. E os inquilinos tiveram que fechar as rachas com argila, à falta de cimento.

Até Junho de 2010, o bairro de reassentamento de Topuito tinha mais 400 casas. As outras foram sendo construídas pelas pessoas que vão à procura de emprego e de negócios.

Uma das promessas da Kenmare era a construção de um centro de saúde em Topuito e a aquisição de uma ambulância. Segundo Gareth Clifton, da Kenmare, depois de longas negociações com o Governo, chegou-se à conclusão de que o centro de saúde deveria ser construído em Larde. E a ambulância também deveria ser alocada lá.

Nas palavras do régulo de Khapula, senhor Mwalama, muitos dos desentendimentos que existem entre a Kenmare e a população são derivados de várias promessas, feitas pela empresa, que nunca foram cumpridas.

“O que eu vejo que a empresa resolveu bem foi a questão da minha casa. Eles tinham alocado uma das casas do reassentamento a mim. Depois houve descontentamento da parte dos reassentados, apesar de ter sido eu que arranjei terreno para se fazer aquele bairro. Então, a empresa decidiu construir uma nova casa para mim, aqui perto da minha actual. Com isso não quero dizer que eles [a Kenmare] estejam a fazer tudo bem para toda a população. Há muitas promessas que nunca foram cumpridas: oferta de emprego, empréstimos de dinheiro para começar pequenos negócios, canalização de água, etc., tudo isso até hoje (Junho de 2010) não aconteceu.”

Por sua vez a Kenmare argumenta que as tais promessas eram apenas expectativas que as pessoas tinham devido à chegada daquele empreendimento. A questão de postos de trabalho, por exemplo, é muito difícil de resolver porque quase todos os moradores de Topuito são analfabetos – sustenta a empresa. E o régulo Mwalama reconhece esse facto, mas contra-argumenta que *“até os porteiros, os guardas e os varredores são trazidos de Maputo e de Cabo-Delgado, porque é dessas duas regiões que provêm os chefes da empresa.”*

2.1.3 KMAD: premiada fora do país, mas mal vista em Moma

A Kenmare criou a *Kenmare Moma Associação de Desenvolvimento (KMAD)*, que ela própria define como um órgão independente, para cuidar do relacionamento entre a empresa e as pessoas que moram dentro do raio de dez quilómetros da sua vizinhança. Tal significa que a KMAD, em princípio, pode apenas relacionar-se (prestar apoio material ou financeiro) com as comunidades que se encontram até dez quilómetros de distância da sua infra-estrutura de refinação de areias pesadas.

A KMAD é maioritariamente financiada pela Kenmare e, em parte, pela companhia holandesa de desenvolvimento financeiro (FMO).

A fundação da Kenmare, KMAD foi vencedora de um galardão de melhor programa de responsabilidade social, em finais de 2009, na Irlanda, num evento co-organizado pelo governo daquele país e pelo departamento internacional dos assuntos comunitários⁴. Importa lembrar que a Kenmare é uma empresa irlandesa. O Jornal Notícias, que publicou material sobre essa premiação, é lacónico sobre a natureza e os contornos do concurso irlandês ganho pela Kenmare, referindo-se apenas ao facto de terem concorrido “empresas de renome com destaque para duas baseadas na África do Sul e no Gana, as quais se posicionaram na segunda e terceira posições⁵.” A premiação da Kenmare, conforme notou o jornal, coincidiu com as celebrações do segundo aniversário do arranque das suas actividades em Moma.

Mesmo desconhecendo-se a natureza, os critérios e os contornos do concurso ganho pela Kenmare, o facto da empresa ter sido recipiente do galardão internacional mostra que ela é “bem vista” fora do país. Mas o mesmo não se pode dizer em Topuito, onde a Kenmare e a sua KMAD são mal vistas tanto pelo Governo distrital como por populares.

Regina Macuácuá, coordenadora da KMAD, fala de valores monetários que se situam entre 350 a 400 mil USD como investimentos anuais feitos pela sua organização para o desenvolvimento de diversos projectos (avicultura, pesca, criação de gado, costura, cuidados de saúde, etc.) No entanto, Anselmo Luís, Secretário Permanente Distrital de Moma considera aquilo uma “grande mentira”, porque “investimentos sociais dessa dimensão nunca passariam despercebidos num distrito muito pobre como este nosso [Moma]. Isso não é possível, é uma grande mentira, se fosse verdade este distrito já estaria com

⁴ Ver jornal *Notícias* de 6 de Novembro de 2009

⁵ Idem

outro visual, mas nada se vê. Este distrito só é famoso com as areias pesadas, mas quando alguém chega aqui não encontra nada de extraordinário. As próprias salas de aula que aquela empresa construiu são muito precárias, nós como governo distrital nem esperamos que elas durem mais de dez anos.”

A KMAD desenvolve projectos de produção de ovos, de frangos e de hortícolas – produtos cujo comprador principal é a própria Kenmare, que os aloca aos seus trabalhadores. Possui também uma alfaiataria onde são confeccionados os sacos destinados ao empacotamento das areias. Todos os projectos são levados a cabo por associações comunitárias, constituídas para esse efeito.

Associação de avicultores

Esta associação, composta por seis pessoas⁶, foi fundada em Agosto de 2007 e diz que, no começo do projeto, produzia 6300 ovos por semana, à razão de 900 ovos por dia. Actualmente (Maio 2010) a produção caiu para 600 ovos por dia devido: i) ao envelhecimento das poedeiras e ii) à desmotivação dos membros, que se sentiram enganados e explorados pela KMAD, pois esta dizia que o prazo de passagem de propriedade do aviário da KMAD para a Associação era de 80 semanas, o que, segundo os associados, nunca mais acontece. Sobre este ponto, Gareth Clifton, director da Kenmare, diz haver mal entendidos, por que na verdade o contrato com os avicultores está em dia e sem nenhum problema.

Aqui há claramente um “mal entendido” derivado do défice de comunicação entre a KMAD e os avicultores. Porque, como eles argumentam, *“quando nós perguntamos à senhora Regina⁷ quais as datas da passagem deste aviário para nós ela só diz para esperarmos porque ainda não chegou o tempo. E quando falamos com o senhor Gareth, ele desenha umas curvas que nós não entendemos. Nós achamos que a empresa está simplesmente a explorar-nos para dar de comer aos trabalhadores da fábrica.”*

⁶ Amina Vicente, Malileque Lima, Mariamo Rufino, Elzira Alberto, Alima Paulo e Maria Mário são os seis membros da Associação de Avicultores de Topuito, promovida pela KMAD.

⁷ Trata-se de Regina Macuácuá, Coordenadora da KMAD

Associação de alfaiates

Para além da associação de avicultores, a KMAD promoveu a constituição de uma associação de alfaiates, com seis membros, com três máquinas de costura. A essa associação cabe confeccionar os sacos usados no processo de empacotamento das areias da refinaria. As máquinas foram adquiridas com o financiamento da KMAD. A associação produz 2000 (dois mil) sacos por mês, ou seja, 100 (cem) sacos por dia durante vinte dias de trabalho. Esses sacos são depois vendidos à Kenmare ao preço unitário de 23.00 (vinte e três) meticais.



Alfaiataria financiada pela Kanmare

Destruição do solo em Topuito

Do processo de extracção de minérios (rutilo, zircão e ilmenite) das chamadas areias pesadas de Moma resultam grandes quantidades de areia que vão sendo amontoadas nas redondezas da fábrica, formando uma verdadeira montanha, que cresce a cada dia que passa.

Questões à volta da Mineração em Moçambique

Não existe nenhum sinal de vida por cima daquela montanha. Ervas e arbustos vão germinando ao lado dela, mas nunca por cima, o que indica a insuficiência de componentes de fertilidade. Isso significa que, depois de a Kenmare retirar todos os minérios existentes naquela região, vão ficar enormes buracos e aquela gigantesca montanha composta por uma areia que, muito provavelmente, não poderá servir para nada: nem cultivo nem construção.

Estimativas da Kenmare indicam que aproximadamente um terço da área de extracção mineira jamais estará disponível para fins agrícolas (Kenmare, 2009). Esta é a estimativa que a empresa faz não podendo ser considerada fiável antes de uma confrontação com estudos independentes, que infelizmente não existem, nem se espera que existam. O Governo não faz ideia da extensão de terra que definitivamente não poderá ser usada para agricultura como resultado da mineração em Moma.

Técnicos do MICOA, em Nampula e em Maputo, dizem ser possível a recuperação daquele solo, mas também asseguram desconhecer a existência de mecanismos em curso em Moma para voltar a tornar aquela areia útil para alguma coisa. Eles argumentam que, normalmente, o processo de recuperação deve ser feito sempre imediatamente a seguir ao amontoar da areia, em pequenas quantidades. Ou seja, a areia deve ser recomposta – através dum processo de misturas com outra areia, argilosa ou não, no fim de cada ciclo de extracção de minérios.

Por outras palavras, a Kenmare (resumo do relatório de 2009) corrobora com a argumentação dos técnicos do MICOA quando refere que *“a limpeza e a reabilitação da terra [deve] começar um ano após a mineração”*. Mas a prática no terreno indica que a reabilitação do solo (num processo lento e irregular) apenas começou em 2009, ou seja, dois anos após o começo da mineração, o que significa um ano de atraso.

2.2 Mega-Projecto de Carvão Mineral de Moatize (Vale)

O carvão mineral de Moatize foi concessionado à empresa brasileira Vale Moçambique, propriedade da gigante Vale (ex-Companhia Vale do Rio Doce).

Em Junho de 2007, o Governo assinou um contrato mineiro e atribuiu uma concessão mineira à Vale Moçambique, uma empresa do grupo CVRD. A

CVRD havia sido seleccionada através de um concurso internacional, aberto pelo Governo em 2004. Após um Memorando de Entendimento, assinado nesse ano, a Vale Moçambique elaborou os estudos finais de viabilidade técnico-económica e planos de desenvolvimento das minas e infra-estruturas. Consta que a CVRD pagou pela concessão de Moatize cerca de 120 milhões de USD, mas essa verba nunca foi inscrita no Orçamento do Estado. (CIP, 2009)

A exploração do carvão de Moatize será efectuada através de mineração a céu aberto, com uma capacidade, na fase de plena exploração, de cerca de 26 milhões de toneladas de carvão bruto por ano, prevendo-se para 2010 o início da produção. Após o tratamento do carvão, obter-se-á cerca de 8,5 milhões tons/ano de carvão de coque e 2 milhões tons/ano de carvão de queima, ambos para exportação. O carvão restante obtido do tratamento do carvão bruto tem teor de cinzas demasiado elevado para ser comercializado e, por isso, prevê-se que uma parte dele venha a ser utilizado numa Central Térmica de 1.500 MW a ser instalada em Moatize.⁸

2.2.1 Processo de Reassentamento pela Vale em Moatize: *dividir para reinar?*

A VALE Moçambique, empresa brasileira que vai fazer a exploração de carvão mineral na bacia Carbonífera de Moatize na província central de Tete, transferiu, de 9 de Novembro de 2009 a 28 de Abril de 2010, mais de 760 famílias (das 1.313 registadas) que habitavam nas zonas de produção de carvão mineral no município da Vila de Moatize.

A Vale começou a transferir as pessoas afectadas pelo seu empreendimento a 1 de Novembro de 2009. O plano de reassentamento previa a transferência de 1313 famílias, com igual número de casas. A empresa pretendia distribuir as pessoas com base no seu estatuto social, separando as “rurais” das “semi-urbanas”. Assim, a distribuição, considerada “separatista”, foi feita da seguinte

⁸ Ver várias edições do jornal *notícias*, sobre o projecto de central térmica de Moatize

Questões à volta da Mineração em Moçambique

maneira: primeiro, 717 famílias, consideradas rurais⁹, foram reassentadas na localidade de Cateme, localizada a 40 Kms da Vila de Moatize; segundo, 288 famílias consideradas semi-urbanas¹⁰ foram para o Bairro 25 de Setembro; no final aconteceu que houve um grupo de famílias que não aceitou encaixar-se na categorização feita pelo censo da Vale e, portanto, 308 famílias ficaram registadas como tendo optado por receber uma “indemnização assistida”, isto é, escolheram não ir para nenhum dos dois locais de reassentamento: nem para Cateme nem para 25 de Setembro.

Tanto os reassentados como fontes do Governo de Moatize consideram que a Vale usou a estratégia de dividir para reinar. Referem o facto de Cateme ficar longe da cidade, a cerca de 40 Kms; as casas lá são precárias, sem fundações nem vigas nem condições que seriam facilmente rejeitadas se as famílias “semi-urbanas” fossem enviadas para lá. A Vale diz, por sua vez, que a *divisão* não era para reinar, mas apenas uma questão de justiça: quem sempre viveu como “semi-urbano” merece estar mais próximo da cidade, ao passo que quem ganha a vida cavando a terra sentir-se-á melhor mais longe da cidade. Nas palavras de Adriano Ramos, gerente de Comunicação e Desenvolvimento Social da Empresa Vale Moçambique em Moatize, falando ao jornal *notícias* de 4 de Maio de 2010, *“As famílias estão a ser reassentadas em duas áreas anfitriãs, respeitando duas modalidades: uma para os da zona rural, em Cateme para 717 famílias e uma outra, urbana, contemplando 288 famílias no bairro 25 de Setembro, constituída por pessoas que se encontram empregadas em vários sectores de actividade no município da Vila de Moatize e na cidade de Tete.”*

Pelo sim, pelo não, as famílias chamadas “rurais” acham que as casas que lhes foram dadas são más. Falam mesmo de uma “burla” perpetrada pela Vale. Porque o projecto de construção das casas para os reassentados previa a construção, em primeiro lugar, de uma casa-modelo.

⁹ Na classificação da Vale este grupo de famílias é composto por camponeses, criadores de gado e “desocupados.”

¹⁰ Essas famílias são maioritariamente compostas por pedreiros, comerciantes, mecânicos, electricistas e comerciantes, entre outros profissionais.



Uma das casas do reassentamento de Cateme

Esse modelo de casa seria replicado nas restantes construções.

Ora aconteceu que a Vale fez (ou mandou fazer) uma boa casa-modelo, que foi apresentada tanto ao Governo como aos líderes comunitários cujas populações iriam habitar as casas do reassentamento, assim como aos visitantes do IFC (*International Finance Corporation*) que foram a Cateme. Mas, na hora de construir as restantes casas, essas foram mal feitas, sem fundações nem vigas nem pilares (fonte técnica). A Vale argumenta que não há nenhum problema em ter feito casas daquele tipo porque são modernas e muito comuns na América-latina, concretamente no Brasil, de onde a Vale vem. Mas tal não é verdade. Em nenhuma parte do Brasil se fazem “casas modernas” como as de Cateme, que antes de serem habitadas já têm rachas nas paredes e cujos tectos já permitem infiltração de água. Em Abril de 2010, cinco moçambicanos¹¹, representando igual número de organizações sociais, percorreram o Brasil, particularmente os estados onde a Vale opera,

¹¹ Trata-se de Fernando Raíce, do SINTICIM (Tete); Rui Coetano da AAAJC (Tete); Borges Mafigo, da UPC (Tete); Jeremias Vunjane, da JA (Maputo) e Tomás Selemene, do CIP (Maputo) que participaram das caravanas do sul e do norte/nordeste do Brasil e do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale em Abril de 2010. Mais informações podem ser obtidas em www.justicanostrilhos.org

Questões à volta da Mineração em Moçambique

do sul ao nordeste, mas em nenhum Estado foi possível ver casas como as construídas na localidade de Cateme.

Por causa daqueles problemas, 28 famílias (*ver caixa 2 abaixo*) recusaram receber as casas, alegando vários problemas: rachas nas paredes, deficiências no tecto, casas com compartimentos inferiores aos que tinham nas suas antigas casas, falta de grades de segurança e varandas. Estas queixas foram confirmadas tanto pela Vale como pelo Secretário Permanente do Distrito de Moatize, Alberto Domingos Augusto Macamo.

Caixa 2: Lista de chefes de famílias que recusaram receber casas da Vale

- | | |
|-------------------------------|----------------------------|
| 1. Adílio Bernardo Chadreque | 15. Victória Maibeque |
| 2. Rosa Joaquim | 16. Telma Domingos |
| 3. Felício Emílio Jantar | 17. Sérgio João |
| 4. Nito Ernesto Mulatinho | 18. Donásio Ernesto |
| 5. Eduardo Ernesto | 19. João Francisco Vontade |
| 6. Mahomed Francisco Pacanate | 20. Eduardo Costa Laete |
| 7. Miguel Chaneco Farnela | 21. Acácio Maluate |
| 8. Feliz Candido | 22. Horácio Lucas Shipo |
| 9. Arlindo Lobo | 23. Aurélio Domingos Gimo |
| 10. Jorge Raimundo Nota | 24. Idaia Mahomed |
| 11. Maria Lobo | 25. Loice Eusébio |
| 12. Lurdes Saraiva | 26. Eugénio Luís |
| 13. Nico Alho | 27. Maria Bartolomeu |
| 14. Joaquim Eduardo Massavula | 28. Gernito Basílio |

Fonte: Levantamento feito pela AAAJC em Julho de 2010

Governo intimida líder comunitário que recusa habitar casa da Vale

A braços com a situação das 28 famílias, que se recusam a ir morar para as casas do reassentamento, a Vale solicitou a intervenção do Governo. O Governador Provincial de Tete, Alberto Vaquina, a 28 de Abril de 2010, ordenou a criação de uma comissão provincial liderada pelo Senhor Filipe Duarte, Director Provincial da Coordenação da Acção Ambiental de Tete, para lidar com o conflito.

Na senda de resolução desse conflito, o líder da comunidade de Chipanga, Saize Roia¹², foi notificado pela Comissão criada pelo Governador Vaquina, tendo sido ameaçado e acusado de agitador. Por outro lado, recebeu o aviso de que seriam tomadas medidas contra ele e contra todos os que pretendem inviabilizar o desenvolvimento.

O Secretário Permanente de Moatize, Domingos Macamo, um dos membros da referida comissão governamental, confirmou o encontro havido com o líder comunitário Saize Roia, mas desmentiu ter havido intimidações, justificando que essa não era postura do governo da Frelimo e chamou a atenção à AAAJC para ser patriota nos contactos que mantém com as comunidades afectadas pela Vale¹³.

A comunidade de Chipanga acusa a Vale de estar a negar a atribuição de casas que já tinham sido registadas em nome de 11 crianças órfãs (*ver caixa 3 abaixo*) cujos progenitores pereceram no decurso do processo de reassentamento. Mas o Gerente de Comunicação e Desenvolvimento Social da Vale, Adriano Ramos, diz saber apenas da existência de três crianças nessa situação, porque *“as outras crianças já moram em famílias substitutas.”*

A 11 de Junho de 2010, numa reunião entre a AAAJC e a Vale, representada pelo senhor Ramos Adriano, a empresa solicitou a lista das crianças órfãs na posse da AAAJC com promessas de resolver urgentemente o problema e dar a conhecer todos os desenvolvimentos do processo aos representantes da AAAJC tanto por *e-mail* como por telefone. As promessas da Vale não

¹² Entrevistado por Rui Caetano, presidente da AAAJC, no dia 05 de Maio de 2010, em Moatize

¹³ O Secretário Permanente de Moatize disse essas palavras durante a audiência que concedeu à AAAJC, no dia 18 de Julho de 2010

Questões à volta da Mineração em Moçambique

passaram disso: promessas apenas. Pois, o senhor Adriano não só nunca enviou *e-mail* algum como também não responde às chamadas telefónicas da AAAJC.

Caixa 3: Lista de crianças cujos pais faleceram durante o reassentamento da Vale e não receberam as casas que lhes eram destinadas

Nome da criança órfã	Nome do progenitor falecido
1 . Zinha Maibeque_____	Valia Alberto
2 . Alviria Tchotcho_____	Sérgio Francisco
3 . Lúcia torres_____	Torres Simbe
4 . Ina Demorar_____	Demorar Churene
5 . Nené João _____	Clementina Guia
6 . Patrício Renato_____	Augusto Senete
7 . Ginário Batomane_____	Batomane Saize
8 . Palmira Batomane_____	Batomane Saize
9 . Maria Torres_____	Torres Saize
10 . João Bendito_____	Bendito Jonovo
11 . Maria Filha_____	Armanda António

Fonte: Levantamento feito pela AAAJC em Julho de 2010

Todo o processo de reassentamento, levado a cabo pela Vale, dura há mais de dois anos, tendo os primeiros passos (mapeamento, censo, “consultas” comunitárias, etc.) começado em 2007. Durante esse intervalo de tempo, a vida da população de Chipanga e Mithethe parou. Ela foi proibida de fazer qualquer tipo de construção ou benfeitoria e os trabalhos das machambas foram suspensos. Pelo meio do processo surgiram 50 novas famílias, resultante de jovens recém-casados que, aquando do começo do processo de

reassentamento, eram parte do agregado familiar dos seus pais. A Vale nega a responsabilidade dessa situação natural, defendendo que ela se responsabiliza apenas pelas famílias que existiam em 2007, quando o processo de reassentamento começou.

Vale não cumpre os prazos nem os acordos de reassentamento

A Vale previa concluir o reassentamento de Moatize a 25 de Junho de 2010, mas tal não foi possível porque o processo foi interrompido várias vezes devido a chuva e a desentendimentos entre as famílias a serem transferidas, a empresa e as autoridades governamentais, em questões de compensações, datas e horas de mudanças. Até Julho de 2010, estavam ainda por reassentar 50 famílias em Cateme e 40 no Bairro 25 de Setembro.

Não só não foram cumpridos os prazos de reassentamento como também as indemnizações devidas às famílias que se recusaram a ir para os bairros de reassentamento estão atrasadas, estando neste momento 30 famílias à espera de recebe-las. Essas compensações foram inicialmente fixadas em 87.500,00 Mts e, mais tarde, reajustadas para 112.000,00 Mts para cada beneficiário atingido, independentemente do tipo de casa em que habitava.

○ Governo de Moatize acusa a Vale de não honrar os compromissos assumidos junto do Governo no âmbito do processo de reassentamento.

○ Secretário Permanente de Moatize, Domingos Macamo, fala de uma situação de “costas voltadas” entre a empresa e o Governo. Diz ele:

*“o primeiro problema que surgiu, e que nos foi reportado pelos representantes da comunidade, foi a mudança da estrutura da casa-modelo. Quer dizer, as casas que foram sendo feitas ao longo do processo são diferentes do modelo aprovado pelo Governo e pelas pessoas que vão morar lá. A equipa de engenharia achou que devia introduzir um novo modelo, e esse modelo é discutível: não têm fundações, diz-se que é o **modelo raiter** da América Latina e por aí fora. Outro ponto, que está também em discussão, é o sistema de abastecimento de água. Nós acordámos sobre um sistema de abastecimento de água (um sistema unificado), um depósito de betão e, depois, um sistema de distribuição para todas as casas. Só que, no acto da execução, a equipa de engenharia propôs outro modelo, de sistemas dispersos e já não teria uma*

Questões à volta da Mineração em Moçambique

estrutura de betão, mas seria uma estrutura de tanques de plástico. Portanto, estamos aparentemente de costas voltadas em relação a esse assunto. A posição do governo é que [o que foi feito] não é o que foi acordado. Foi-nos apresentada uma nova proposta desses sistemas dispersos e nós não aprovámos. Mas o que foi aprovado não está feito e o que não foi aprovado está feito¹⁴”.

Sobre as razões que ditaram o posicionamento do Governo, o Secretário Permanente de Moatize esclarece nos seguintes termos:

“O nosso entendimento é que, na planta que foi aprovada ou no projecto de abastecimento de água que havia sido aprovado, os depósitos tinham maior capacidade e tinham também vantagem em termos de viabilidade económica de manutenção do próprio sistema único. Quando são sistemas isolados fica muito complicado fazer a manutenção, que sai cara. E temos uma visão a longo prazo: hoje vamos ter cerca de 1300 famílias, mas a família é algo que não é estática, é dinâmica, vai crescendo. Hoje temos 1300 famílias, mas daqui a dez anos podemos ter 2000 ou muito mais, e isso é rápido. E, devido às condições que lá estão sendo criadas, em termos de infra-estruturas sociais, também haverá uma atracção de outras pessoas, de outros sítios, que irão [para] lá. Então, nós estávamos a ter essa visão de longo prazo, a ter uma visão de crescimento, para além desta possibilidade de ter uma manutenção mais fácil, ser mais económica por ser um sistema único do que sistemas dispersos. Sobretudo quando o material é de plástico, apesar do plástico poder durar 100 anos em alguns casos, mas depende da qualidade. Depende da forma como a gente vai trabalhar com o plástico. Pode ser que, numa queda, vá embora e, para substituir, não é fácil. Nós sabemos que o plástico, se estiver bem colocado num sítio, demora uma eternidade. Então, o que é bom para as comunidades, estas não adiantam. Mas a nossa visão é de longo prazo. Têm água hoje e a empresa vai entregar o sistema para gestão privada ou do governo. Será isto viável para a manutenção deste abastecimento de água nas comunidades? Este é o cerne da questão, é a questão de fundo que estamos a colocar, na visão a longo prazo, não agora. Hoje temos água mas podemos não ter daqui a 10 anos, e quem é responsável por dar água à população é o governo. A comunidade, ao governo vai cobrar uma factura a dobrar. Então o nosso pensamento é que se comece bem as coisas¹⁵.”

¹⁴ Extracto duma entrevista conduzida por Tomás Selemane em Moatize a 22 de Fevereiro de 2010

¹⁵ *Ibidem*

Tal como sucedeu em Moma com os reassentamentos da Kenmare, em Moatize, a população nunca concordou com a transferência do cemitério que ali existia. Mas, como os processos não avançam consoante a concordância ou não da população, a transferência do cemitério consumou-se.

2.3 Mega-Projecto de Carvão Mineral de Benga (Riversdale)

O mega-projecto de carvão mineral de Benga, também localizado no distrito de Moatize em Tete, é desenvolvido pela Riversdale Moçambique, subsidiária da companhia australiana Riversdale Mining. Esta empresa obteve a concessão mineira para uma área 4.560 hectares, em Abril de 2009, com uma duração de 25 anos. De acordo com os planos da empresa, divulgados pela imprensa nacional e estrangeira, a exploração deveria iniciar-se no ano de 2011, podendo estender-se até 2035, mas a mesma será antecipada para este ano de 2010.

Além da extração de carvão, o projeto prevê instalar uma central termoelétrica para produzir energia utilizando parte do carvão. Esta parte do projecto é desenvolvida em parceria com a Elgas SARL, uma parceria público-privada que investe no sector de energia. 65% do capital da Elgas pertencem a companhias públicas de energia de Moçambique (Electricidade de Moçambique e Empresa Nacional de Hidrocarbonetos) e os 35% restantes a investidores sul-africanos, incluindo a companhia privada African Legend. A previsão é que a central termoelétrica fique em operação durante 25 anos. Tanto o coque como o carvão termal produzido nesse lugar, bem como parte da eletricidade gerada pela central termoelétrica, serão exportados (Suárez & Borrás, 2009).

2.3.1 Reassentamento pela Riversdale: transferir pessoas, cemitérios e o aeroporto de Chingozi?

À semelhança da Kenmare, em Moma, e da Vale, em Moatize, a Riversdale Moçambique, que opera em Benga, distrito de Moatize, em Tete, terá que deslocar pessoas duma zona residencial para outra. Fonte da empresa calcula que seja necessário transferir 1.147 famílias, equivalentes a 5.600 pessoas, que compõem as cinco comunidades (Capanga Nzinda, Capanga Gulo, Capanga Luani, Mpala e Nhanganja) actualmente residentes dentro da sua área de concessão em Benga.

Questões à volta da Mineração em Moçambique

Outras quatro comunidades (Chitambo, Benga Sede, Nhamsembe e Nhambalualu) poderiam permanecer nas suas terras, dependendo das negociações com a companhia sobre a perda de terra – devido às infra-estruturas construídas para o lugar de mineração e a central termoeléctrica – e as consequentes restrições de acesso às áreas adjacentes ao local de mineração¹⁶.

Para além de transferir as milhares de pessoas que moram dentro da sua área de concessão, e os cemitérios que lá se encontram, a Riversdale pretende transferir o aeroporto de Tete (mais conhecido por Aeroporto de Chingozi) para um outro local ainda por identificar. Uma fonte daquela empresa, citada pelo diário electrónico *CanalMoz*, edição de 22 de Julho de 2010 (sob anonimato), depois de adiantar que o Governo ainda não se tinha pronunciado sobre o assunto, assegurou que *“a Riversdale está disposta a pagar todos os custos de transferência do aeroporto e infra-estruturas operacionais para outro local a ser definido pelas autoridades aeronáuticas moçambicanas”*¹⁷. Assim, porque o aeroporto de Tete fica dentro da área concessionada à Riversdale, e porque a empresa acha que, debaixo daquela infra-estrutura, jazem grandes quantidades de carvão mineral a não perder, e, dependendo da sua capacidade negocial, poderá forçar o governo a transferir o aeroporto para um outro local, ficando os moçambicanos a suportar todas as implicações toponímicas e logísticas definitivas que poderão resultar dessa operação.

As pessoas afectadas pelo mega-projecto da Riversdale estão ansiosas em ter um processo de reassentamento muito melhor do que aquele pelo qual passaram os afectados pela Vale. Acreditam que a Riversdale tenha aprendido dos erros da vizinha Vale. Porém, não existem nenhuma garantia de que tal venha acontecer.

Apenas se pode esperar para ver, enquanto os moldes de negociação continuam os mesmos: não são as empresas mineiras quem negocia com a população, mas consultores (empresas de consultoria) contratados pelas mineradoras para esse efeito. Acontece depois que as reclamações, queixas e consequentes negociações, já são feitas directamente com as mineradoras.

¹⁶ In *Estudo de Impacto Ambiental do Projecto de Mineração e Fornecimento de Energia de Benga proposto pela Riversdale Moçambique Limitada. Resumo não técnico, Maio de 2009* apud Suárez & Borrás, 2009

¹⁷ Ver a notícia intitulada: “Aeroporto de Tete poderá ser transferido para outro local”, em http://www.canalmoz.com/default.jsp?file=ver_artigo&nivel=0&id=&idRec=8366

Capítulo III

Explorações Artesanais de Recursos Minerais

Este capítulo trata da actividade de mineração artesanal, concretamente da extracção do ouro na província central de Manica, mais especificamente nos distritos de Manica e de Sussundenga, por serem considerados os que apresentam maior intensidade de mineração artesanal, concentrando assim maior número de mineiros artesanais (garimpeiros¹⁸). Foram visitadas as minas de Mimosa e Munhena, no distrito de Manica, e as minas de Bandire e de Tsetsera no distrito de Sussundenga. Estas quatro minas, juntamente com a mina de Ngwawala, no distrito de Macossa, são consideradas as cinco maiores minas de ouro em Moçambique (Dondeyne *et. al.* 2009).



Rio Revue, Manica

¹⁸ De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 6ª Edição Corrigida e Aumentada (p. 815), Garimpeiro é um pesquisador de preciosidades, indivíduo que busca lucros à custa de mixórdias e traficâncias. Nhaca & Castigo (2009) definem o garimpeiro como “uma pessoa que pratica a extracção mineira ilegal.” Por sua vez, mineiros artesanais de Manica, portadores de senha mineira, recusam ser chamados garimpeiros, preferindo ser tratados por “mineiros artesanais”. Também Ndunguru, entrevistado por Selemane (2009), defendeu a ideia de que a designação *garimpeiro* tinha uma conotação pejorativa, por isso em Manica prefere-se falar em *mineiro artesanal*. Mas Machado Da Graça (2009) quando fazia a revisão linguística do relatório “Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique, de Tomás Selemane, argumentou que o nome garimpeiro nada tinha a ver com práticas ilegais, sendo que a designação refere-se a qualquer explorador artesanal de minérios, que tanto pode ser legal como ilegal.

Começando com um breve historial da mineração em Moçambique e da evolução do quadro legal e institucional, este capítulo analisa a natureza e o papel do Fundo de Fomento Mineiro (FFM), o impacto sócio-económico e ambiental gerado pelo garimpo do ouro.

3.1 Historial, quadro legal e institucional da mineração artesanal

Desconhecem-se as datas exactas do começo da exploração e comércio de ouro em Moçambique. Sabe-se, no entanto, que aquela actividade sócio-económica é anterior à chegada dos portugueses ao país¹⁹. Durante a era colonial, a produção do ouro terá atingido escalas industriais, tendo baixado durante a guerra civil do pós-independência (1976-1992), pelo facto de muitos garimpeiros se terem refugiado nos países vizinhos. Depois do seu regresso, com o Acordo Geral de Paz (AGP), os garimpeiros retomaram o seu trabalho (Dondeyne *et. al.* 2009).

A extracção de qualquer recurso mineral em Moçambique carece da obtenção do respectivo título mineiro, competindo ao Ministério dos Recursos Minerais a emissão das licenças de Reconhecimento, prospecção e pesquisa, do Certificado Mineiro e das “concessões mineiras”. O Governador da Província tem competência para emitir Certificados Mineiros para materiais de construção e Senhas Mineiras para áreas designadas. Os requerimentos para a obtenção de licenças de reconhecimento são submetidos ao Ministério dos Recursos Minerais, indicando a área, o recurso mineral, o período pretendido e um programa de trabalhos (CIP, 2009).

Para a obtenção da Concessão Mineira, que pode ou não ser emergente de uma “licença de prospecção e pesquisa”, o requerente deverá, para além do acima indicado, apresentar o estudo de viabilidade técnica e económica, o plano de lavra e a data prevista para o arranque da extracção. O Certificado Mineiro é atribuído unicamente a pessoas singulares ou colectivas

¹⁹ Apesar de Timóteo (2010) escrever que a mineração do ouro em Manica foi lançada em 2006, vários estudos (por exemplo, Dondeyne *et. al.*) referem que o garimpo do ouro naquela região é muito mais antigo. Vide artigo de Adelino Timóteo (Abundância de diamante e de ouro geram gangsterismo em Manica), publicado no semanário Canal de Moçambique de 25 de Agosto de 2010, páginas centrais.

moçambicanas a explorações mineiras de escala relativamente pequena. A Senha Mineira é atribuída a operadores artesanais nacionais, em áreas de senha mineira, residentes nessa zona. (*Idem*)

Mas a realidade no terreno tem mostrado que a “senha mineira” é um instrumento falhado e que o quadro legal e institucional deste sector está desfasado da prática diária. Os dados mais recentes do Governo indicam a existência de 60 associações mineiras (Alexandre, 2009) no país, um número muito longe da quantidade de pessoas que se estima estejam envolvidas na actividade de garimpo: cerca de 100 mil (*Idem*).

Como observam Dondeyne *et. al.* (2009), a indicação legal de que as “senhas mineiras” para garimpeiros individuais devem ser emitidas pelo Governador Provincial não é pragmática, dada a grande quantidade de garimpeiros e a sua grande mobilidade. Muitos deles levam uma vida nómada.

3.2 Impactos sócio-económicos da mineração artesanal

A produção do ouro na província de Manica situa-se entre 480 e 600 kgs por ano (Yager 2007 *apud* Dondeyne *et. al.* 2009). As pessoas envolvidas naquela actividade não só tiram benefícios directos de emprego, ao nível da extracção, como também beneficiam de oportunidades criadas pela sua comercialização em termos de intermediação. O garimpo, sobretudo o trabalho da escavação, é geralmente praticado por homens adultos, mesmo se algumas mulheres e crianças, em número reduzido, participam de algumas actividades conexas, como a trituração das rochas e a lavagem, para além da confecção de alimentos e do auxílio na entrega e limpeza dos instrumentos de trabalho (Dondeyne *et. al.* 2007 e 2009).

A grande maioria dos garimpeiros leva uma vida nómada e precária. Muitas vezes provenientes de outros distritos da província de Manica, ou de outras províncias vizinhas, como Sofala e Tete, mas também dos países vizinhos, os garimpeiros mudam-se de palhota para palhota, ao longo das bermas dos rios onde se supõe haver ouro por extrair.

Através de observações e entrevistas a muitos garimpeiros e moradores, de Manica e Sussundenga, fica-se a saber que o argumento segundo o qual a

Questões à volta da Mineração em Moçambique

maior parte dos garimpeiros ilegais em Moçambique são estrangeiros²⁰ não funciona bem, pois os estrangeiros que por ali operam no garimpo (escavação à procura de minérios) são de origem zimbabueana, ou seja, provenientes do outro lado da fronteira de Manica. Eles são estrangeiros apenas quando lhes interessa tê-lo, porque não diferem dos moçambicanos daquela região fronteiriça: falam a mesma língua, partilham os mesmos hábitos e costumes e, em alguns casos, à semelhança dos moçambicanos, têm parentes e até moradias nos dois lados da fronteira. Os estrangeiros, que são “diferentes” dos moçambicanos de Manica e Sussundenga, em termos de língua, aparência física, hábitos e costumes (por exemplo, os somalis, libaneses, tanzanianos, entre outros) praticam apenas tráfico de minérios e não garimpo enquanto tal. Eles são quase sempre vendedores de mercúrio e compradores (ou apenas intermediários) de ouro e diamantes provenientes do vizinho Zimbábue. Geralmente, não se envolvem em actividades de escavação nem processamento do ouro.

Devido ao seu carácter nómada e porque, muitas vezes, os garimpeiros não são os titulares das terras de onde extraem ouro, a sua relação com as autoridades comunitárias limita-se a eles reconhecerem o papel cerimonial do régulo e o controlo que o “dono da mina²¹” exerce em relação ao acesso.

Nos casos em que o garimpeiro não é o “dono da mina” (que são a maioria) a repartição das receitas do garimpo faz-se da seguinte forma: metade para o garimpeiro e outra metade para o “dono da mina”. Mas também há casos em que a repartição é de três terços, quando existe: i) o dono da terra; ii) o dono da mina (neste caso ele é apenas o “descobridor” da mina, mas não proprietário da terra); e iii) o garimpeiro.

Como notam Dondeyne *et. al*, fora do entendimento entre os particulares (dono da mina e explorador), a comunidade não beneficia da exploração mineira. A Lei de Terras assegura o direito das comunidades ao uso e aproveitamento da terra, mas exclui os recursos minerais.

²⁰ Ver, por exemplo, o artigo de Adelino Timóteo (Abundância de diamante e ouro geram gangsterismo em Manica) publicado no semanário Canal de Moçambique de 25 de Agosto de 2010, páginas centrais.

²¹ O dono da mina tem sido o “proprietário” da porção de terra onde se fazem as escavações e é a quem se paga um tributo acordado de forma irregular, dependendo de factores como o grau de parentesco, a extensão da terra, a sua participação, ou não, nas actividades de extracção, etc.

3.3 Impactos ambientais: o uso do mercúrio e os prejuízos que provoca



Água e solo poluídos por mercúrio, Sussundenga

A extracção artesanal de ouro é feita, com maior predominância, ao longo de rios e riachos, pela facilidade de lavagem que existe. A lavagem é feita usando mercúrio²², um produto muito tóxico, tanto para a saúde humana como para as águas, solos e demais seres vivos neles presentes.

A inalação de mercúrio provoca inibição do oxigénio, porque uma vez nos pulmões o mercúrio é oxidado e transforma-se em substâncias solúveis no sangue. Ainda de acordo com a enciclopédia Wikipedia, geralmente, quem foi intoxicado pelo vapor do mercúrio pode apresentar sintomas como dores

²²De acordo com a *wikipedia*, o mercúrio é um líquido prateado que, à temperatura ambiente, é um metal inodor. Não é um bom condutor de calor, quando comparado com outros metais, mas é um bom condutor de electricidade. Facilmente estabelece liga metálica com muitos outros metais como o ouro ou a prata produzindo amálgamas. É insolúvel na água e solúvel em ácido nítrico. Quando a temperatura é aumentada transforma-se em vapores tóxicos e corrosivos, mais densos que o ar. É um produto perigoso quando inalado, ingerido ou em contacto, causando irritação na pele, olhos e vias respiratórias.

Questões à volta da Mineração em Moçambique

de estômago, diarreia, tremores, depressão, ansiedade, gosto de metal na boca, dentes moles, com inflamação e sangramento nas gengivas, insónia, falhas de memória e fraqueza muscular, nervosismo, mudanças de humor, agressividade, dificuldade de prestar atenção e até demência. Mas pode, também, causar problemas de saúde através de ingestão. No sistema nervoso, o produto tem efeitos desastrosos, podendo ser causa de lesões leves mas ir até à vida vegetativa ou à morte, conforme a concentração.

No caso de uma intoxicação aguda com mercúrio, pode ocorrer falha renal aguda, perfuração gástrica e esofágica e colapso cardiovascular, que podem conduzir a morte. Quando introduzido na água, o mercúrio, em forma metálica, é pouco solúvel mas as bactérias transformam-no em metil-mercúrio, um produto solúvel e muito tóxico, que se acumula na cadeia alimentar: micro-organismos, insectos, peixes (www.wikipedia.com). Em Manica tem havido vários relatos de intoxicação por consumo do peixe proveniente da barragem de Chicamba cujas águas são muito afectadas pelas actividades de garimpo, com uso de mercúrio.

Caixa 4: Porque se usa mercúrio no processamento do ouro?

Mesmo desconhecendo as propriedades químicas do mercúrio, os garimpeiros sabem que o mercúrio é um bom produto para o processamento do ouro, uma vez que permite obter o ouro fino que, muitas vezes, se encontra nos jazigos primários e coluvionais. Acrescentando o mercúrio ao minério triturado, ele une-se ao ouro, formando o “amalgama” (Dondeyne *et. al.* 2007). O amalgama constitui bolas que facilmente podem ser separadas da mistura. Com o amalgama aquecido, pode-se separar o ouro do mercúrio com facilidade. Mas se tal for feito sem nenhuma protecção, o mercúrio evapora-se e espalha-se pelo ambiente. A técnica mais simples, que evita isso, consiste no uso de uma retorta – utilização de bacias metálicas com tampa, onde o mercúrio se condensa e pode ser recuperado (*Idem*).

Vários garimpeiros entrevistados nos distritos de Manica e Sussundenga disseram desconhecer aqueles efeitos e pouco acreditaram que seja possível que o mercúrio cause todas aquelas doenças, porque, conforme argumentaram, “*nós fazemos este trabalho há muitos anos, mas nunca vimos*

*ninguém sofrer dessas doenças. Temos tido malária, febre ou outras doenças normais*²³. Esta visão dos garimpeiros encontra justificação na teoria segundo a qual as doenças resultantes da exposição ao mercúrio podem aparecer 20 a 35 anos mais tarde, como resultado da acumulação através da cadeia alimentar. Por serem irreversíveis, a prevenção e o tratamento precoce são importantes. (Ndunguru, 2009, Dondeyne *et. al.* 2007, www.wikipedia.com).

Caixa 5: Como o mercúrio chega aos garimpeiros?

O mercúrio usado pelos garimpeiros de Manica e de Sussundenga é proveniente de diversos países europeus, com destaque para a Espanha. Quando se desce às minas de ouro daqueles dois distritos e se vê a grande quantidade de mercúrio, na posse dos garimpeiros, põe-se logo a questão: como conseguem eles tanto mercúrio? Os recipientes mostram que o produto é quase sempre proveniente da Europa. E os garimpeiros dissipam as dúvidas explicando a rota pela qual eles o obtêm: existe uma rede de comercialização de mercúrio, radicada no vizinho Zimbábue, que tem ligações com fabricantes na Europa. Os fornecedores de mercúrio são, quase sempre, compradores de ouro. Por essa razão são poucas as vezes que os garimpeiros adquirem o mercúrio por via de compra. Às vezes o fornecedor de mercúrio e o garimpeiro fazem um pacto que consiste na cedência de uma determinada quantidade de mercúrio e outros instrumentos de trabalho, como enxadas, picaretas, pás, baldes, bacias, sacos, com o compromisso de lhe vender o ouro que extrair com aquele material. Ninguém engana ninguém, o esquema funciona muito bem. Apenas acontece, às vezes, que o fornecedor de mercúrio, em acordo com o garimpeiro, decide vender uma parte de ouro ao Fundo de Fomento Mineiro (FFM), como forma de se manterem ligados ao FFM, quando se trata de portadores de “senhas mineiras”. Para além de que essa é também uma boa forma de lavagem do dinheiro proveniente da outra parte do ouro, sempre a maior, vendido aos compradores ilegais.

²³ Palavras de Abel Sixpence, um dos mineiros entrevistados em Manica por Tomás Selemane, 2009

Capítulo IV

Conclusões e Recomendações

4.1. Sobre a mineração industrial

A crescente entrada de empresas mineiras em Moçambique e a prática da mineração artesanal colocam o país numa situação de necessidade de discussão de políticas, de práticas, de opções e do tipo de país que queremos ter quando os recursos minerais acabarem. Como fazer com que a economia de Moçambique rompa com a sua natureza extractiva, concentrada e, por consequência, instável, porosa e dependente como aponta Castel-Branco (2010)?

Os mega projectos de mineração de Moma e de Moatize foram implantados com demasiados erros, que eram absolutamente evitáveis, se tivesse havido mais transparência e inclusividade da parte do Governo, e se se tivesse enveredado por um diálogo mais profundo e franco, tanto com as mineradoras como com a população directamente afectada. As pessoas afectadas são sempre tratadas como meros objectos dos reassentamentos e que devem, por isso, limitar-se a obedecer ao padrões que as empresas ditam. Quem ousa discordar ou sequer questionar os termos e mecanismos de compensação é acusado de estar contra o “desenvolvimento”.

A ausência de discussão de questões fracturantes da mineração (para além das questões fiscais e contratuais, outras questões centrais não têm sido discutidas: extrair todos os recursos hoje ou amanhã? Extrair tudo ou apenas uma parte? Extrair em todo o país ou em apenas algumas regiões? Como lidar com a transformação social e ambiental criadas pela mineração? Como tratar o sacrifício de outras actividades socio-económicas como a agricultura, a pesca, etc.?) é absolutamente incompatível com a rapidez com que se implantam os grandes projectos de mineração no país.

O processo de reassentamento de Topuito (Moma) terminou e passam já três anos sem que se consiga resolver os problemas básicos: abastecimento de água e saneamento do meio. O reassentamento de Cateme (Moatize), outrora

vendido ao IFC como “um processo muito bacana”, continua envolto numa paz armada, com milhares de descontentes, casas rachadas, governo distrital impotente diante duma gigante como a Vale.

Em menos de cinco anos de exploração mineira industrial, o Estado moçambicano perdeu o norte da dinâmica social gerada em Moma e em Moatize. E, muito infelizmente, nada indica que tenha aprendido com os erros cometidos. Novos projectos, como o da Riversdale, têm os mesmos problemas de sempre: imposição de destinos de reassentamento, falta de diálogo, negociações precárias sobre as compensações, promessas avulsas e descontínuas que nunca se cumprem, etc.

Que tipo de Moçambique se espera ter daqui a cinquenta anos, quando o carvão, as areias pesadas e demais minérios acabarem? Que tipo de sociedade e de ordenamento territorial se está a construir com os sucessivos, apressados e insustentáveis processos de reassentamento de populações vivendo em zonas mineiras?

Estas e outras questões em volta da mineração industrial só podem ser resolvidas começando por separar negócios privados dos negócios do Estado. É importante e urgente a regulamentação dos tipos de relações que podem existir entre dirigentes políticos e investidores estrangeiros e negócios privados. Quer no caso da Kenmare quer no da Vale, autoridades governamentais locais sentem-se impotentes de agir contra essas empresas porque sabem que elas (as empresas) estão muito ligadas a altos dirigentes do país. Por exemplo, “as relações da Vale junto das autoridades moçambicanas são fortes, sendo que Roger Agnelli, o presidente-executivo da empresa, é assessor do Chefe de Estado, Armando Guebuza, para questões de âmbito internacional”, de acordo com o jornal “O País” de 23 de Fevereiro de 2010²⁴.

Neste contexto, a ausência de políticas e práticas do Estado que protejam os interesses públicos fica explicada pelo conflito de interesses, pelas “costas quentes” de que goza o capital estrangeiro – factores que tornam os governantes de baixo nível incapazes de agir por medo de ferir interesses “dos chefes de Maputo.”

²⁴ A notícia completa pode ser lida neste link http://opais.co.mz/opais/index.php?option=com_content&view=article&id=4809:vale-investe-595-milhoes-usd-este-ano-no-projecto-de-moatize&catid=45:sociedade&Itemid=176

A indústria mineira constitui uma forma específica e concreta de acumulação capitalista primitiva em Moçambique (Castel-Branco, 2010), sendo levada a cabo sem exigências de preservação ambiental e respectiva fiscalização pelo Estado.

4.2. Sobre a mineração artesanal

A mineração artesanal precisa de ser tratada com mais seriedade do que tem sido até agora. Está claro que nem a perseguição policial aos garimpeiros, os projectos de “educação” dos garimpeiros, nem mesmo o incentivo ao associativismo resolvem o problema da extracção desregrada de minérios. A medida central, nestes casos, deve ser a criação de alternativas de sobrevivência, através de outras actividades sócio-económicas.

O Governo deve legislar, regulamentar e controlar o uso do mercúrio na mineração artesanal no país. Tal pode ser assegurado pelo Fundo do Fomento Mineiro (FFM), instituição governamental que tem estado a comprar parte do ouro processado, com base em mercúrio proveniente do mercado negro. É uma das principais razões da venda de ouro aos ilegais é exactamente a garantia de acesso ao mercúrio para processamentos futuros, uma vez que o FFM não possui mercúrio.

A instalação de refinarias de ouro em Manica e noutros pontos do país, pode ser uma boa solução para estancar o garimpo ilegal e nocivo ao ambiente. No entanto, será preciso colocar a questão de como fazer para que a instalação de refinarias de ouro contribua para a redução do garimpo ilegal, pois os aspectos salariais, os termos contratuais e demais condições e benefícios sociais devem ser bem negociados, porque, caso contrário, nenhum garimpeiro entregará o seu trabalho a uma refinaria para ganhar menos, sabendo que pode ganhar muito mais se for cavar a terra para dela extrair ouro com os amigos, mesmo na incerteza que rodeia o garimpo.

Comentários do Prof. Doutor João Mosca

Agradeço ao Centro de Integridade Pública (CIP) e a Tomás Selemane pelo convite que me endereçaram para comentar este relatório da monitoria das actividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga, com o título *Questões à volta da Mineração em Moçambique*. São abordadas as minerações de areias pesadas, do carvão e do ouro. O relatório tem como objectivo o de “mapear e analisar os contornos das explorações mineiras industriais e artesanais em Moçambique, apontando os dilemas que essas explorações apresentam como contributo para o debate em torno do papel da actividade mineira no desenvolvimento nacional”. O relatório tem um enfoque sobre os processos de exploração e comercialização, os efeitos sociais, os impactos ambientais, as relações institucionais na execução dos projectos realizados por empresas com investimento externo, a transparência, aborda alguns elementos legais e administrativos, e refere-se ao conhecimento e acessibilidade à informação.

Este texto reflecte o aumento, nos últimos tempos, da intervenção de organizações da sociedade civil e de pessoas, no exercício da cidadania consciente e que quer contribuir para o progresso do país. Um progresso assente no desenvolvimento sustentável, em democracia, num Estado de direito, com crescentes níveis de equidade social e territorial, mesmo que com níveis variados de compromisso com os ritmos elevados de crescimento que terminam por não se reflectirem na vida da maioria dos moçambicanos.

Os comentários referem-se aos seguintes aspectos: (1) acesso ao conhecimento, relações institucionais públicas e privadas e destas com a sociedade; (2) efeitos sociais e impactos ambientais; (3) transparência e governação; e, (4) papel do Estado.

Infelizmente a análise não alcança a profundidade e consistência desejadas pelo autor e pelo CIP, por responsabilidade do secretismo das instituições públicas, e privadas relacionadas, fazendo recordar que Moçambique foi considerado pelo MISA (Instituto de Comunicação Social da África Austral) como o país onde as instituições são as mais secretas da África Austral (em *Savana* de 2 de Outubro de 2009). Por algum motivo o MISA depositou, em 2004, na Assembleia da Republica, um ante-projecto de lei de acesso à

Questões à volta da Mineração em Moçambique

informação, sem que, ao fim de seis anos, o mesmo tivesse sido levado a debate.

Não é fácil pesquisar porque em Moçambique, “em muitas esferas da sociedade e do poder, o debate crítico, a contradição de ideias e abordagens, o surgimento de iniciativas não oficiais ou não controladas, a própria ideia de necessidade do estudo, são vistas com receio e como ameaça”, Luís Brito *et al* (2008), em *Cidadania e governação em Moçambique*.

O relatório revela que os órgãos do poder local, as comunidades e a sociedade civil desconhecem os contratos de exploração mineira e a legislação do sector. Os acordos existentes entre o governo e as diferentes empresas não são conhecidos nem é obrigatória a sua publicação em Boletim da República (o mesmo acontecendo com a concessão dos DUATs). Depreende-se do texto que as negociações com as comunidades, quando se trata das condições de reassentamento, indemnizações e promessas de benefícios (centros de saúde, escolas, poços de água, etc.) não são escritas e, portanto, não passíveis de arbitragem quando uma das partes reclama por incumprimentos, o que acontece nos casos estudados. Nestas circunstâncias, as instituições públicas e as empresas responsabilizam-se mutuamente sem que as soluções aconteçam.

A aplicação dos direitos das comunidades, como por exemplo a retenção de 20% do valor das licenças para benefícios locais, não é fácil. Nos casos previstos pela lei (como por exemplo em relação às florestas e fauna bravia), a transferência dos recursos financeiros para as comunidades residentes ou naturais das zonas de exploração de recursos, tem-se mostrado total ou parcialmente incumprida, muito morosa, burocratizada e, quando os valores chegam ao destino, nem sempre são utilizados para benefício das comunidades. Por outro lado, exige-se a abertura de contas bancárias, o que dificulta a utilização dos fundos em consequência da falta de aptidões da maioria da população rural e da fraca bancarização da economia. No caso da mineração e exploração de petróleo, não está previsto qualquer valor para as comunidades. A lei de Minas e de Petróleos, prevê que “uma percentagem da receita” seja canalizada às comunidades onde os recursos são explorados, e deixa ao critério do Governo definir qual deverá ser essa percentagem. Desde 2007 que as leis foram aprovadas e ainda não existem as respectivas regulamentações e nenhuma acção concreta foi tomada.

Os impactos ambientais da mineração são alarmantes: (1) a fertilidade dos solos degrada-se devido à sua remoção e alteração da estrutura física, da composição morfológica e química, e não são realizadas acções de recuperação; (2) a paisagem altera-se com grandes covas e colinas de terra removida; (3) O mercúrio, utilizado na extracção do ouro, penetra nos solos e nas águas superficiais e subterrâneas, afectando a produção agrícola, a pesca e contaminando a cadeia alimentar com consequências incalculáveis, a longo prazo, sobre a saúde pública e dos cidadãos. Estes aspectos são conhecidos e não existem medidas eficazes e abrangentes que tenham reduzido esses impactos.

Existem sinais evidentes de delapidação do património natural e de recursos que as futuras gerações nos emprestaram. Assim como vem acontecendo na exploração de outros recursos naturais, como as florestas, a fauna e a pesca. Está-se perante actividades predadoras e por isso não sustentáveis.

O garimpo é realizado por pessoas pobres, não formadas e informadas, o que dificulta algumas medidas relacionadas com a construção de tanques de lavagem do ouro e a organização de associações de garimpeiros. Por outro lado, não existem medidas estatais que obriguem as grandes empresas de utilizar processos produtivos não agressivos com o ambiente. Finalmente, não existem capacidades laboratoriais para a monitorização da qualidade do solo, da água e da saúde pública e dos cidadãos.

O negócio do licenciamento surge como uma forma crescente de obtenção de rendas oportunistas, tal como tem acontecido em outras actividades extractivas. Os DUATs de grandes áreas são utilizados como negócio especulativo em mercados futuros da terra, na expectativa da sua venda às empresas concessionadas para a extracção de recursos ou para especulação imobiliária. Os camponeses são maldosamente aliciados para permitir o garimpo nas suas terras, sem a devidainformação sobre a conseqüente destruição dos solos. Assegura-se assim a reprodução da pobreza e a impossibilidade de produção agrícola, após o fim da mineração.

São licenciadas empresas que adquirem ouro e pedras preciosas. Perante a dominância de mercados fortemente imperfeitos, sobretudo quanto à sua estrutura monopsonica ou oligopsonica, e devido às profundas assimetrias de informação e conhecimento entre os agentes económicos, do lado da

Questões à volta da Mineração em Moçambique

procura e da oferta, persiste a inércia e/ou a ideologia e/ou a incompetência, de se acreditar nas virtualidades do mercado racionalizador, eficiente e tendente ao equilíbrio.

Entretanto, o garimpeiro, nacional ou estrangeiro, desconhecendo o valor dos bens e porque os montantes oferecidos representam quantidades significativas se comparadas com os parcos rendimentos familiares, em contexto de pobreza, é inconscientemente explorado. Selemane constatou, nos casos estudados, que os garimpeiros são principalmente cidadãos nacionais e dos países vizinhos, pobres, que desenvolvem a actividade em condições precárias de vida e de trabalho. A actividade de comercialização do ouro é realizada sobretudo por estrangeiros, muitos deles ilegais, que se dedicam principalmente à troca de mercúrio por ouro, e os preços praticados ao garimpeiro são irrisórios.

Os recursos são exportados sem qualquer retenção de valor das fases subsequentes das cadeias produtivas. Os projectos previstos com esse objectivo não possuem igual prioridade e estão por se realizar. O mesmo acontece em relação a outros recursos naturais. O valor do bem final transfere-se para o exterior, seja clandestinamente seja através das empresas produtoras ou licenciadas para a compra dos minerais. Reduzem-se as possibilidades de criação emprego, de activar relações intersectoriais que dinamizem o conjunto da economia, de acrescentar riqueza nacional, de gerar receitas fiscais, entre outros benefícios para a economia e os cidadãos nacionais. O grosso das riquezas naturais será em proveito externo. Existem demasiados indícios da verificação do que se chama a maldição dos recursos, isto é, as populações não se beneficiam, a riqueza não se transforma em mais desenvolvimento e terminam por beneficiar sobretudo os interesses de minorias nacionais que obtêm rendas ilícitas e corruptas transformando-as em consumo ou mesmo exportação de capital. Em casos extremos, existiram guerras de diferentes naturezas com ligações estreitas a interesses económicos externos.

Os efeitos sociais não são menos graves. Os garimpeiros não têm conhecimento das consequências do seu trabalho sobre a saúde o que, segundo Tomás Selemane, se deve ao facto de os efeitos acontecerem a longo prazo. Também se pode admitir a existência de respostas não correspondentes com a realidade, considerando ser a mineração o sustento dos entrevistados.

Nas explorações de grande escala de carvão, os reassentamentos populacionais são geralmente atribulados e acompanhados de acusações mútuas. A população reclama por melhores condições de alojamento e referem o não cumprimento de promessas. Aos elementos das autoridades comunitárias são oferecidas condições privilegiadas ou, se estes defendem os cidadãos negativamente afectados, são acusados de agitadores e contra o desenvolvimento. Estas afirmações das pessoas não foram, nem podiam ter sido, confirmadas por um responsável do Estado a nível distrital. Os órgãos da administração local afirmam existirem dificuldades de relacionamento com as empresas. Empresas e Estado fogem à responsabilidade sobre a quem compete resolver as reclamações dos deslocados. O Estado demonstra incapacidade de actuação, seja junto das comunidades, seja em relação às empresas.

Não menos graves são as formas de reassentamento. Não são realizados estudos sociológicos e antropológicos das realidades. As auscultações às populações não são efectivas e, sobretudo, não se traduzem em acções convergentes com as suas preocupações. Importam-se tipos de casas nada consonantes com as existentes. Classificam-se os cidadãos entre rurais e semi-urbanos para um reassentamento diferenciado. As pessoas reclamam que o traslado dos cemitérios é realizado sem respeito pelos mortos, suas famílias e tradições.

Acontece na extracção mineira o que se verifica em outras actividades. Iniciam-se projectos sem estudos aprofundados sobre o conjunto da cadeia produtiva, sobre os efeitos ambientais e sociais, entre outros aspectos. Se existem, podem ou não ser tomados em consideração. Apenas alguns exemplos em várias actividades: (1) o caso da *jatropha*, em que se inicia uma campanha ao mais alto nível sem o mínimo conhecimento científico e técnico, sem tradição de produção em grande escala e sem se acutelarem as fases subsequentes à produção primária. (2) a exploração de florestas e da pesca delapidando os *stocks* e comprometendo a produção a longo prazo; (3) o garimpismo ilegal na exploração do ouro, social e ambientalmente agressivo; e, (4) a extracção de carvão e a consideração *a posteriori* das vias de escoamento (corredor da Beira e/ou corredor de Nacala e/ou a utilização do rio Zambeze).

Os casos de mineração estudados revelam claramente ausências do Estado nas suas funções de regulação, monitorização, fiscalização e arbitragem. O

Questões à volta da Mineração em Moçambique

mercado selvagem e ilegal toma lugar e as empresas actuam com graves agressões ao ambiente e com relações conflituosas com as populações. O diálogo na resolução de conflitos pouco existe e deixa-se que os assuntos decorram em prejuízo dos mais pobres, sem ou com limitada organização e capacidade reivindicativa. A comunicação entre os agentes intervenientes (governo central e local, empresas e comunidades) é débil. Em situação de conflito de interesses, Estado e empresas fogem à responsabilidade ou acusam-se mutuamente. Não menos preocupante, a mineração revela a ausência prática de políticas e estratégias relacionadas com os recursos naturais.

A ideologia do pragmatismo tomou lugar. Talvez na ansiedade e desejo de encontrar soluções para problemas prementes e de grande amplitude, enquadrando-se aqui o discurso do combate à pobreza e da redução da dependência económica e, conseqüentemente, política. Ou a ganância de benefícios imediatos por parte de minorias do poder. Ou a instrumentalização do Estado como “facilitador” de negócios de indivíduos e grupos económicos, na certeza de que o poder não é eterno e que a vida tem limites biológicos. Os discursos que referem que os recursos vão gerar crescimento económico, emprego, receitas para o orçamento público e a balança de pagamentos reduzindo a dependência, não são suficientes para justificar os pragmatismos, trapalhadas, falta de transparência, corrupção e não utilização dos recursos pela economia nacional e em benefício dos cidadãos, particularmente dos que habitam as zonas onde se realizam as actividades extractivas. E muito menos justificam as externalidades ambientais negativas, a depredação dos recursos, os danos na saúde pública e dos cidadãos, o desrespeito pelas tradições locais.

O futuro é longo e difícil. No contexto deste trabalho é legítimo exigir-se que:

- Os contratos de exploração bem como a realização e desenvolvimento dos projectos sejam publicados e sejam de acesso fácil ao público,
- Que o Estado se reforce para:
 - Assegurar a regulação e fiscalização das actividades mineiras, nos seus diversos aspectos como, por exemplo, no cumprimento da lei e dos contratos, na garantia de que os sistemas de produção não sejam agressivos em relação ao ambiente e às populações, na arrecadação das receitas fiscais, etc.

- Potenciar os benefícios à economia nacional, através da realização de investimentos que permitam a utilização dos recursos no mercado interno.
 - Encontrar os mecanismos de transferência efectiva e de fácil acesso aos recursos financeiros pelas comunidades.
 - Defender a democraticidade e transparência dos processos de licenciamento, exploração, comercialização e fiscalização da actividade mineira, por meio de mecanismos de avaliação públicos, da sociedade civil e através de comissões técnicas independentes.
 - Assegurar a divulgação dos termos dos acordos junto das populações da área onde se realiza a exploração mineira, dar a conhecer os benefícios e riscos das actividades, sugerindo que se organizem para um efectivo envolvimento nos projectos e reivindicação dos seus direitos.
- Às empresas mineiras é legítimo impor, por contrato, a utilização de tecnologias amigas do ambiente, acções de recompensa dos cidadãos negativamente afectados por reassentamentos, comunicação e fornecimento de informação das actividades. Que façam gestão inteligente, não predadora e de obtenção de lucros fáceis e imediatos. Como estas legitimidades são contrárias às lógicas capitalistas, que indicam a maximização dos benefícios e das oportunidades de negócio, uma vez mais compete ao Estado uma fiscalização competente, não corrupta, transparente e em defesa da economia nacional. A não realização destas actividades alimenta dúvidas sobre os níveis de captura do Estado por interesses económicos, externos e internos, e sobre a promiscuidade entre política e negócios ou vice-versa.

Alguém me dizia que é necessário ter-se paciência histórica. Sim, é necessário tê-la desde que existam indícios evidentes de que se trilham caminhos de desenvolvimento económico e social cada vez mais equitativo e com respeito pelas futuras gerações. Caso contrário, só é possível a impaciência, persistente e conseqüente, na construção de um projecto mobilizador e desenvolvimentista para o país, na luta por ideais nobres e da justiça social, sempre nos limites



Questões à volta da Mineração em Moçambique

de um Estado democrático e de direito. O CIP dá-nos, com este texto e a sua divulgação, mais vontade de termos uma mistura de paciência e impaciência histórica.

Termino por, uma vez mais, enaltecer o Centro de Integridade Pública e o autor de *Questões à volta da Mineração em Moçambique* pelo trabalho realizado e pela coragem intelectual.

Muito obrigado!

Maputo, Outubro de 2010

Referências

- Alexandre, E. (2009): O Papel do Governo na Promoção da Mineração Artesanal e de Pequena Escala como parte integrante do Desenvolvimento Rural, MIREM, Direcção Nacional de Minas, CASM/09
- Castel-Branco, C.N. (2010): Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique, Cadernos IESE N° 1, Maputo
- Costa A., & Sampaio e Melo (ed.) 2008: Dicionário da Língua Portuguesa, Corrigida e Aumentada, Porto Editora, Lisboa
- Dondeyne, S. *et. al.* (2007): Em Busca do Ouro – Garimpo e Desenvolvimento Sustentável, Uma difícil Conciliação? Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Chimoio
- Dondeyne, S. *et. al.* (2009): *Artisanal mining in central Mozambique: Policy and Environmental issues of concern*, *Resources Policy* 34, www.elsevier.com/locate/resourpol
- Kenmare (2008): Kenmare Moma Associação de Desenvolvimento – *Strategy 2009-2011 and Implementation Plan 2009-2011*, Nampula
- Kenmare (2009): Aurora – Resumo do Relatório Anual da KENMARE 2009
- Mucanhiua, T. & O. A. Deniasse. (2009). Mineração Artesanal de Ouro no Distrito de Manica, Estação de Biologia Marítima da Inhaca, UEM disponível em http://www.artisanalmining.org/index.cfm?page=page_disp&pid=9053 acessado em 5/02/10
- Nhaca, F., & P. Castigo (2009): Garimpo na Reserva Nacional de Chimanimani – Avaliação Ambiental e Socio-económica, Chimoio
- Selemane, T. (2009) Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique, CIP, Maputo

Artigos de Jornais e outras fontes

- **CanalMoz**, diário electrónico, (22 de Julho de 2010), "Aeroporto de Tete poderá ser transferido para outro local", disponível em http://www.canalmoz.com/default.jsp?file=ver_artigo&nivel=0&id=&idRec=8366, acessada em 23/07/10
- **Canal de Moçambique**, semanário, (Abundância de diamante e de ouro geram gangsterismo em Manica), publicado no semanário Canal de Moçambique de 25 de Agosto de 2010, por Adelino Timóteo
- **Notícias** (6 de Novembro de 2009), "*Distinção: Kenmare Premiada*", Caderno de Economia e Negócios
- **Notícias** (12 de Agosto de 2010), "Com recurso a armas de fogo: Polícias roubam ouro a garimpeiros em Manica", por Vítor Machirica
- **O País** (23 de Fevereiro de 2010), "A Crise financeira segue, mas a Vale não se intimida", disponível em http://opais.co.mz/opais/index.php?option=com_content&view=article&id=4809:vale-investe-595-milhoes-usd-este-ano-no-projecto-de-moatize&catid=45:sociedade&Itemid=176, acessado a 30 de Abril de 2010
- **Televisão de Moçambique** (TVM), Programa *Canal Zero*, transmitido a 1 de Setembro de 2010, (18h45)
- <http://www.mst.org.br/node/8437>, (Milhares de Famílias são Atingidas por Projecto da Vale em Moçambique), acessado a 30 de Outubro de 2009 <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=42521>, (Vale, Uma Esfinge), acessado a 22 de Março de 2010

Lista de Pessoas Entrevistadas

Nome da pessoa entrevistada	Função à data da entrevista	Local e data da entrevista
Abel Sixpence	Garimpeiro	Sussundenga, 05/09/09
Adelaide de Jesus Pedro	Directora Provincial dos Recursos Minerais de Tete ²⁵	Tete
Adérito Guilaze	Gerente de Controle e Finanças da Vale	Moatize, 22/02/10
Adriano Ramos	Gerente de Comunicação e Desenvolvimento Social da Vale	Moatize, 22/02/10
Alberto Abdala	Secretário do Bairro de Topuito	Topuito, 04/07/10
Alberto Macamo	Secretário Permanente distrital de Moatize	Moatize, 22/02/10
Anselmo Luís	Secretário Permanente Distrital de Moma	Moma, 16/09/10
Baptista Passaral	Alfaiate da Associação financiada pela KMAD	Topuito, 10/05/09
Dulceneia Sara Baquete	Directora do CDS-RN	Chimoio, 03/09/09
Eduardo Ndunguru	Chefe do Departamento de Recursos Minerais	Vila de Manica, 04/09/09
Fernando Raíce	Secretário Provincial do SINTICIM	Tete, 23/02/10
Francisco Holofate	Oficial de Relações Comunitárias	Topuito, 16/09/10
Gareth Clifton	Director da Kenmare	Maputo, 29/05/09
Joaquim Chale	Chefe do Quarteirão	Moatize, 23/02/10
Manuel Passar	Presidente do Fórum Terra Manica	Missica, 03/09/09
Mathapa	Régulo de Nathaka	Aldeia de Nathaka, Moma, 9/05/09,
Mwalama	Régulo de Khapula	Aldeia de Khapula, Moma, 9/05/09,
Paqueleque	Director Provincial do Ambiente (MICOA)	Chimoio, 03/09/09
Pedro Castigo	Assessor de Direcção do CDS-RN	Chimoio, 03/09/09
Regina Macuácu	Coordenadora da KMAD	Topuito, 16/09/10

²⁵ Esta entrevista foi realizada por Rui de Vasconcelos Caetano, Presidente da AAAJC

Outras Publicações do CIP

Livros

- **Mudanças Climáticas e as Florestas em Moçambique** (2010), Roberto Zolho
- **20 Passos para a sustentabilidade Florestal em Moçambique** (2010), Carlos Serra e Benilde Mourana

Relatórios de Pesquisa e Monitoria

- **Desempenho de Distritos e Autarquias Locais aquém do Planificado** (2010), AMODE, CIP, GMD, LDH
- **Impacto da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE) na Receita do Estado em Moçambique** (2010), Mariam Bibi Umarji, Sadya Yunus Makda, Edson Rogério Machel e Aly Elias Lalá
- **Gestão do Solo Urbano e Corrupção em Moçambique** (2009), Marcelo Mosse e Sandra Matusse
- **Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique** (2009), Tomás Selemane
- **Aspectos Críticos da Governação Local em Moçambique** (2009), AMODE, CIP, GMD e LDH
- **Governação e Integridade em Moçambique** (2008), Abdul Ilal, Adriano Nuvunga, André Cristiano José, Ericino de Salema, Gilles Sistac, Marcelo Mosse e Paolo de Renzio
- **Legislação Anti-Corrupção em Moçambique: Contributos para uma melhoria do quadro legal anti-corrupção em Moçambique** (2008), Baltazar Fael, José Munguambe, Lucinda Cruz e Marcelo Mosse
- **Como é que a Boa Governação é apresentada na proposta de Orçamento do Estado de 2009?** (2008), Mariam Bibi Umarji, João Rui Guilherme, Sadya Yunus Makda e Aly Elias Lala
- **Avaliação da Corrupção no Sector Florestal em Moçambique** (2008), Marcelo Mosse
- **Procurement Público e Transparência em Moçambique: O caso de scanners de inspecção não intrusiva** (2007), Marcelo Mosse e José Munguambe

- **Relatório do Estudo sobre Transparência, Áreas de Risco e Oportunidades de Corrupção em Seis Autarquias Moçambicanas** (2007), Adriano Nuvunga, Marcelo Mosse e César Varela
- **Corrupção e Integridade nas Alfândegas de Moçambique: Uma avaliação das boas práticas** (2006), Marcelo Mosse e Edson Cortez

Documentos de discussão

- **Corrupção no Sector da Saúde em Moçambique** (2006), Marcelo Mosse e Edson Cortez
- **A Corrupção no Sector da Justiça em Moçambique** (2006), Marcelo Mosse
- **A Pequena Corrupção no Sector da Educação em Moçambique** (2006), Marcelo Mosse e Edson Cortez
- **Breve análise á estratégia Anti-Corrupção do Governo** (2006), Marcelo Mosse

Diversas

- **O Relatório e Parecer do Tribunal Administrativo sobre a conta Geral do Estado de 2008: algumas omissões preocupantes** (Junho de 2010)
- **ITE pode desencorajar a evasão fiscal, mas o Governo continua atrasado na sua implementação** (Fevereiro de 2010)
- **O que nos diz a proposta de Orçamento de Estado 2009 sobre a Governação em Moçambique**, CIP, (2009)
- **Procurement Público e Transparência em Moçambique**, CIP, (Setembro a Dezembro de 2007)
- **Será que o apoio directo do Orçamento do Estado melhorou a prestação interna de contas em Moçambique?** CIP, (Junho de 2007)
- **Guião de prevenção da Corrupção em Moçambique**, CIP, Transparência Internacional (2009)
- **O Pacto de Integridade: um instrumento poderoso para negociações de contratos limpos** (2009), CIP, Transparência Internacional

O Centro de Integridade Pública (CIP), para além de outras actividades, hospeda um projecto de algumas organizações da sociedade civil Moçambicana (IESE, Amigos da Floresta, ASA, AAAJC e ADECOR).

Este relatório é um dos produtos do trabalho do CIP no âmbito desse projecto. O mesmo é composto por quatro capítulos: o primeiro contendo os elementos introdutórios, o segundo dedicado à mineração em escala industrial (Moma e Moatize), com enfoque particular sobre os processos de reassentamento das pessoas afectadas por cada um dos projectos. O terceiro trata da mineração artesanal (Manica e Sussundenga) e problemas conexos, como o uso do mercúrio e a precariedade da actividade do garimpo no geral.

A finalidade deste relatório é mapear e analisar os contornos das explorações mineiras industriais e artesanais em Moçambique, levantando questões à volta dessas actividades, como contributo para o debate em torno do papel da actividade mineira no desenvolvimento nacional.

CIP - Centro de Integridade Pública
Boa Governação, Transparência e Integridade
Rua Frente de Libertação de Moçambique
(ex-Pereira do Lago), 354, r/c.
Tel: + 258 21 492335
Fax: + 258 21 492340
Caixa Postal:3266
cip@cip.org.mz
www.cip.org.mz
Maputo-Moçambique